



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA  
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N° 2.107  
27/09/2013  
FOLHA 538  
PROJETO DE LEI  
PRESIDÊNCIA  
SÉRIE 1  
EXCELENTE

**LEI N° 2.107, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013**

**CERTIFICAÇÃO**

CERTIFICO que a presente é uma cópia  
fidedigna do original que se encontra na Secretaria de  
Câmara Municipal de Caraguatatuba - SP  
Data: 24/09/2013  
Em: 24/09/2013  
Funcionário(a): *Ricardo*  
Assinatura: *Vanderlei S. Félix*  
Assinatura: *AFCH*  
Assinatura: *BARH*  
Assinatura: *PFM*  
Assinatura: *ARQUIVO*

"Autoriza o Poder Executivo a contratar empresa para construir, administrar, operar e manter o Aquário no Município de Caraguatatuba mediante concessão onerosa".

**Autor:** Órgão Executivo.

**ANTONIO CARLOS DA SILVA**, Prefeito Municipal de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo, na qualidade de Poder Concedente, autorizado a outorgar, mediante licitação pública, sob a modalidade de Concorrência, com exclusividade, a concessão onerosa do direito de construir, explorar, administrar, operar e manter o Aquário no Município de Caraguatatuba, a ser implantado em área pública, conforme disposto no art. 175 da Constituição Federal e nas Leis Federais nº 8.987, de 13/02/1995, e nº 8.666, de 21/06/93, e suas posteriores alterações.

**Parágrafo único.** A concessão abrangerá todas as obras, benfeitorias e bens que venham a ser implantados pela Concessionária, incluindo a operação comercial e a manutenção do Aquário durante o prazo da concessão, na forma a ser detalhada no edital da respectiva concorrência pública, bem como na minuta do contrato de concessão que virá a integrá-lo.

**Art. 2º** A Administração do Aquário implicará na responsabilidade da concessionária em garantir o seu eficaz funcionamento, segundo as normas e critérios que forem expedidos pelo Poder Executivo por meio do competente edital licitatório, incumbindo, ainda, à concessionária, a responsabilidade pelos empregados que vierem a operar o empreendimento, bem como pelo pagamento dos tributos que venham a incidir sobre as suas atividades, além das incumbências e encargos previstos no edital licitatório e no contrato de concessão.

**Art. 3º** O prazo de concessão será de 30 (trinta) anos, a contar da assinatura do Contrato de Concessão, prazo esse que poderá ser prorrogado, desde que seja observado o seguinte procedimento:

I - a Concessionária manifeste, por escrito, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias do término do prazo da concessão, seu interesse da prorrogação do prazo do contrato pelo prazo acima referido;

II - a prorrogação da concessão depende da exclusiva vontade do Poder Executivo, ouvido o Poder Legislativo, consideradas as razões de conveniência operacional, técnica ou administrativa e o adequado desempenho das atividades prestadas pela Concessionária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA  
ESTADO DE SÃO PAULO



**Art. 4º** Fica autorizado o Poder Executivo a desafetar a área pública localizada no Loteamento Jardim Britânia, com 6.954,64 m<sup>2</sup>, objeto da matrícula 57.024, do Cartório de Registro de Imóveis de Caraguatatuba.

**Parágrafo único.** A exploração do Aquário será executada pela concessionária por meio de disponibilização pelo Poder Executivo da área descrita no presente artigo, para o empreendimento e a sua construção, com todos os equipamentos necessários, pela forma que for disciplinada no respectivo edital do procedimento licitatório.

**Art. 5º** A concessão de que trata esta Lei pressupõe o interesse coletivo na execução do empreendimento e na prestação dos serviços decorrentes, exige serviços adequados, autoriza a justa remuneração do capital e impõe permanente fiscalização do Poder Público concedente.

**Art. 6º** A eventual transferência da concessão ou do controle acionário da concessionária deverá atender aos requisitos do artigo 27, da Lei n.º 8.987, de 13/02/1995, sob pena de caducidade.

**Art. 7º** Para consecução da presente Lei, aplica-se no que couber, a Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

**Parágrafo único.** Fica o Executivo autorizado a editar normas ou regulamentos sobre a concessão de que trata a presente Lei, com a finalidade de suprir eventual ausência de regras específicas da legislação federal, respeitadas a legislação vigente e o Contrato.

**Art. 8º** A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, 27 de setembro de 2017.

**ANTONIO CARLOS DA SILVA**  
Prefeito Municipal

